

OCUPAÇÃO HUMANA EM RORAIMA. I. DO HISTÓRICO COLONIAL AO INÍCIO DO ASSENTAMENTO DIRIGIDO

Reinaldo Imbrozio Barbosa¹

RESUMO - Este trabalho relata as origens e os meios de desenvolvimento da ocupação humana no atual Estado de Roraima. Analisa as primeiras incursões portuguesas no século XVII realizadas através do rio Branco e os mecanismos de colonização instituídos para a Amazônia até 1960, com as implicações deste processo na ocupação de Roraima. São discutidas as relações passadas entre missionários religiosos, índios, militares e colonos civis e, a influência da política adotada pelo poder público sobre cada uma destas ramificações para ocupar o vazio demográfico no Vale do Rio Branco.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Colonização, Rio Branco, Amazônia, Roraima.

ABSTRACT - This paper relates the initial motives and subsequent events behind the human occupation of what is now the state of Roraima. The analysis extends from the first Portuguese incursions up to the Rio Branco in the XVII century, and covers the mechanisms behind Amazonian colonization until 1960, and implications of this process in the Roraima's occupation. Particular attention is given to past relationships among missionaries, indians, armed forces, colonists, and the influence of the politics adopted by the public power on each of those ramifications in order to occupying the empty demographic of the Rio Branco Valley.

KEY WORDS: Policy of Colonization, Rio Branco, Amazônia, Roraima.

¹ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Núcleo de Pesquisas de Roraima

INTRODUÇÃO

Os processos históricos e políticos que levaram à ocupação territorial das diversas localidades da Amazônia ainda não são de todo conhecidos. Existem dificuldades em se refazer determinadas fases da história desta região, seja pela dispersão dos dados ou pelo simples desconhecimento das fontes. Algumas destas áreas possuem boa documentação sobre o comportamento da ocupação humana. Entretanto, outras como a região do Vale do Rio Branco, atual Estado de Roraima, não possuem relatos de acesso suficientemente fáceis à leitura do público em geral.

Trabalhos como os de Farage (1986) e Santilli (1989) são indispensáveis ao conhecimento das relações de poder entre os diversos ramos da sociedade nos primeiros passos da ocupação desta região. São publicações de consistência e alto valor científico. Entretanto, também são necessários documentos que se detenham em descrições e relatos de fatos passados para o entendimento das relações políticas presentes sobre a ocupação de Roraima.

Este trabalho tem por objetivo aglutinar as informações contidas nas mais variadas transcrições sobre esta região, desde as primeiras incursões portuguesas no século XVII até o início da década de 1960. Ele se destina a ser um capítulo introdutório para o entendimento da política atual de ocupação dos espaços em Roraima, distinguindo-se como uma etapa inicial. Oferece também ao leitor a oportunidade de reconstruir fases deste processo, visualizando cada uma delas para então correlacioná-las ao atual modelo de ocupação na Amazônia.

INÍCIO DO PROCESSO

O problema da ocupação territorial na região do rio Branco é caracterizado desde as primeiras explorações portuguesas nesta área da Amazônia, onde localiza-se atualmente o Estado de Roraima.

Cristobal de Acuña, narrador da viagem de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas (1637-39), dá a entender como um acidente o primeiro encontro das populações nativa e “civilizada” nesta região (mesmo não mencionando o rio Branco). A exploração pelo rio Negro e seus afluentes não era prevista na rota original da expedição. Entretanto, devido ao desejo dos tripulantes em obter algo de valor no retorno da viagem a Quito, foi requisitado a Pedro Teixeira que se fizesse a entrada por este rio para realizar o “descimento” de indígenas locais.

Isto possibilitaria a venda dos índios como escravos na sede da antiga Capitania do Grão Pará e Maranhão (Acuña 1639).

Mesmo com o maior nível de atividades a partir do final do século XVII por militares, religiosos e civis, somente na segunda metade do século XVIII foi que os portugueses conseguiram um efetivo domínio desta região. Um conflito com os espanhóis no início da década de 1770 deu origem a uma maior abrangência portuguesa. Um plano que previa a instalação de uma fortificação nesta região foi levado adiante. Esta seria a melhor forma de militarizá-la, para defender e resguardar a integridade desta zona de conflitos contra qualquer tentativa de maior aproximação de outras nações européias.

A fortificação foi iniciada em 1775 pelo Capitão Engenheiro Philippe Sturm, um alemão contratado pela coroa portuguesa. A obra foi batizada de Forte São Joaquim do Rio Branco e instalada no ponto mais estratégico desta região: entre os rios Branco e Tacutú, na foz do último pela margem esquerda.

A partir desse momento da história, foi possível considerar o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora nesta região. A instalação da base militar foi apenas parte de um plano que previa a formação e/ou consolidação de núcleos populacionais constituídos basicamente por nativos. Estes núcleos tinham por função principal “habitar” para que, junto com a força pública instalada, resguardassem esta região do Brasil Colônia em nome da coroa portuguesa.

AS PRIMEIRAS AÇÕES ORGANIZADAS DO PODER COLONIAL

Militares e Missionários no rio Branco

Os povoamentos foram distribuídos nas principais entradas/saídas da região. No rio Branco foram instalados Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo. No rio Uraricoera o de Nossa Senhora da Conceição e, no rio Tacutú, o de São Felipe. Este último localizado nas proximidades do forte construído (Figura 1). Outros aldeamentos devem ter existido anteriormente em função das “tropas de resgate”, muito atuantes desde o final do século XVII até meados do XVIII, mas desapareceram rapidamente.

Algumas destas localidades já existiam desde 1725, estabelecidas pela entrada de Missionários Carmelitas do Rio Negro, que as erguiam sob o molde de “aldeias de repartição”. Estas tinham como objetivo aldear os índios em

povoamentos sob a influência religiosa, facilitando os ensinamentos e promovendo o desenvolvimento de uma economia agrícola e pesqueira baseada na força de trabalho indígena. Estes núcleos não chegaram a possuir forte papel colonizador neste período, servindo apenas como marcos da posse portuguesa na região.

A relação entre missionários, militares, colonos civis e índios no rio Branco não fugia ao padrão da época para a Amazônia, descrito por Freire et al. (1987). Havia uma disputa entre missionários e colonos pela posse dos nativos. Os índios funcionavam como mão-de-obra escrava e eram facilmente utilizados como peças de mercadorias que rendiam lucro fácil para quem os tivesse sob controle.

“À diferença, porém, dos jesuítas, os carmelitas não tinham um projeto próprio quanto à administração da mão-de-obra indígena, ao contrário, suas missões tornaram-se centros de suprimento de mão-de-obra para os moradores ... e também os missionários individualmente se engajaram no comércio regional, inclusive no tráfico clandestino de escravos índios” (Sweet, 1974, citado por Farage 1986: 41). A prática de usar o índio como moeda e para trabalhos escravos era comum em toda a Região Amazônica até meados da década de 1750. A partir desta época foi decretado o fim da escravidão (legal) dos índios, ao mesmo tempo em que os missionários perderam o poder que exerciam sobre as missões antes sob seu controle.

Ao final de 1777, as povoações indígenas do rio Branco já se encontravam fixadas e com relativa prosperidade. Os povoados desta época, agora chamados “diretórios de índios”, eram uma ação político-colonizadora idealizada pelo Marquês de Pombal em substituição aos antigos aldeamentos de repartição. Os diretórios só conseguiram consolidar-se na região com o início da construção da fortificação militar. Os cinco núcleos existentes na época somavam 1.019 indígenas vivendo em conjunto com um pequeno número de militares e religiosos que se utilizavam do trabalho indígena (Sampaio 1777). Cada núcleo possuía um líder administrativo comum - “diretor”, que influenciava inclusive na forma de comunicação entre os índios dentro dos povoamentos.

Além de estabelecer definitivamente o controle português na região, estes povoamentos tinham como objetivo aumentar as trocas comerciais com o resto da então fundada Capitania de São José do Rio Negro (1755). A região do rio Branco exportava produtos oriundos do extrativismo como cacau, salsaparrilha, urucum, pescado salgado, óleo de copaíba, tartaruga e a manteiga de seus ovos, todos com largo espectro de aceitação nesta época.

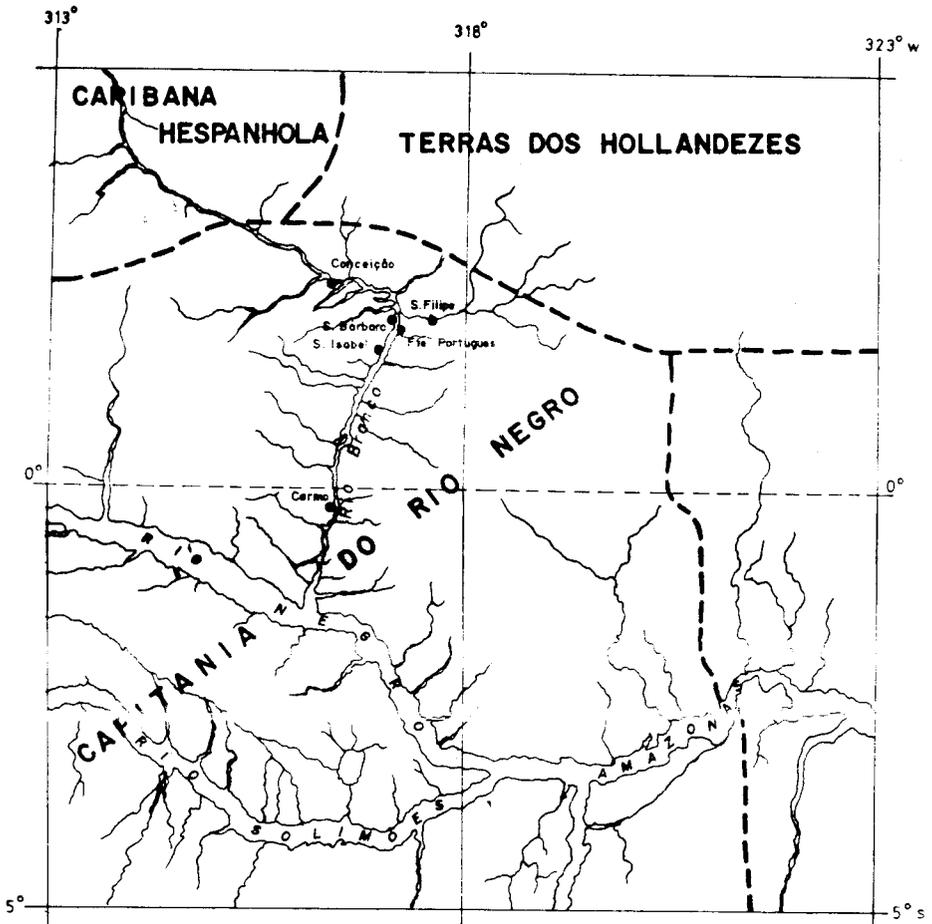


Figura 1 - Localização dos principais aldeamentos na região do rio Branco em 1778, segundo Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim J. Ferreira (Modificado de ADONIAS (1963) : p. 533).

Com o problema legal da posse desta região em negociação para uma solução definitiva com a Espanha (através do Tratado de Santo Ildefonso de 1777), era necessário criar condições para que a população (basicamente indígena) do rio Branco se fixasse espontaneamente nos núcleos criados. Hemming (1990) atribui a fixação dos índios nos diretórios desta época como fruto de um continuado fluxo de pequenos bens de consumo como machados, facas e bens manufaturados, dos diretores para os índios. Quando o fluxo destes objetos cessou houve um descontentamento geral entre a população indígena que refugava as atividades de trabalho. Entretanto, esta relação de convívio pacífico entre brancos e índios não é bem esclarecida e provoca dúvidas. Diferentes relatos apontam para uma relação voltada a opressão e a subserviência. Isto fazia parte de um trabalho contínuo de transformar aquelas localidades em pontos definitivos de referência do domínio português, que seria exercido pelo esperado papel de “polícia” patrocinado pela presença do fator humano índio dominado pela coroa portuguesa.

O Rebanho bovino como forma de estímulo à fixação humana

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Bacharel e Ouvidor da Capitania, fazia o seguinte comentário durante sua visita ao rio Branco: “Devem-se notar, antes de tudo, que a extensão dos campos, que os faz capazes da propagação de milhares de cabeças de gado, correspondente a boa qualidade do pasto ...” (Sampaio 1777).

Sampaio referia-se aos 40.000 km² de campos naturais existentes na região conhecida como Alto Rio Branco. Esta seria uma das possibilidades de estimular não só a escassa população civil, mas também a população indígena a permanecer nos núcleos instalados, fixando-os à terra. A pecuária seria facilitada pela presença da área de pastagens naturais no vale do rio Branco, não tão de boa qualidade como pressupunha Sampaio à época. Outro objetivo a ser alcançado, formando o elo de ligação com a fixação do homem à terra, seria a produção de carne bovina para abastecer algumas vilas do interior da Capitania onde era notória a falta de carne (Serra & Pontes 1781).

Os registros das primeiras cabeças de gado bovino introduzidas nesta região são controvertidas. Segundo Guerra (1957), algumas bibliografias citam ter sido o Coronel Manoel da Gama Lôbo D’Almada em 1786-87 em uma expedição ao rio Branco. Os espanhóis também são citados quando de sua invasão ao início da década de 1770. Outra possibilidade seria a de que

realmente foi Lôbo D'Almada o introdutor deste rebanho, entretanto, por volta de 1790, trazido da Vila de Ega, hoje Tefé no Estado do Amazonas. O que se sabe ao certo é que, no documento descritivo de sua expedição (D'Almada 1787: 681), Lôbo D'Almada já citava estes animais como forma de incentivar a colonização no rio Branco por conta do governo real. Isto dá margem a especulações de que este tipo de rebanho ainda viria a ser estabelecido.

Entretanto, independente de quem tenha introduzido este tipo de animal na região ou o ano exato do acontecimento, o certo é que esta atitude já há algum tempo vinha sendo cogitada pelos portugueses. A criação de núcleos populacionais que abrigassem tal rebanho nas áreas de campo do Alto Rio Branco poderia estimular e propiciar um real e mais abrangente povoamento desta região.

Por ação da coroa portuguesa, fundaram-se as primeiras fazendas de gado da região no final do século XVIII, denominadas Fazendas Nacionais. Dividiam estas terras em três grandes áreas. A oeste, entre o rio Uraricoera e o rio Branco, fundou-se a Fazenda do Rei, a primeira delas e que foi batizada como “São Bento”, em favor de Sua Majestade. Desta seguiu-se a formação da fazenda “São José”, instalada próximo à fortificação militar, na parte leste do vale. A última fazenda foi a de “São Marcos”, criada no setor norte, entre os rios Uraricoera e Tacutú, fundada ao final do século. Esta fazenda é a única que persiste até hoje, estando em poder atualmente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e funcionando como colônia agrícola indígena.

As lideranças portuguesas tentavam, com este ato, trocar de estratégia quanto à colonização do rio Branco. Estimular a permanência do branco e tentar “civilizar” uma quantidade significativa de índios talvez fosse o processo mais indicado de fixação espontânea nos núcleos populacionais e nas fazendas recém-criadas. A reação esperada pelo poder central não coincidiu com as ações reais na região. Não havia efetiva permanência dos índios nos núcleos. Este fato se dava porque uma questão básica não havia sido solucionada. Como estimular a população indígena semi-aculturada a se estabelecer livremente nas fazendas se ela não era proprietária do rebanho? Na verdade, as fazendas não se tornaram centros de atração, mas centros de concentração de mão-de-obra indígena. Contudo, estas concentrações favoreceriam a questão principal da posse da terra em nome da coroa.

Com o agravamento das tensões entre brancos e índios, provocou vários episódios de revolta e desavenças entre estes dois grupos étnicos. O ato de

rebeldia ocorrido em 1781 entre os índios Sapará e militares, que determinou a destruição de quase todos os povoados, foi apenas o marco de outras revoltas (D'Almada 1787). Estes atos culminaram em um violento combate ocorrido em 1798, às margens do rio Branco, no local que ficou denominado "Praia do Sangue". Uma tropa de combate eliminou um grupo de índios (Paravilhana e Wapixana), após estes terem se revoltado contra as péssimas condições de vida que lhes eram impostas, matando moradores e destruindo alguns povoados que haviam se re-estabelecidos (Centro..., 1989; Governo..., 1987; Souza 1969).

Estes fatos retratavam a situação caótica dos aldeamentos existentes, onde havia um completo desestímulo da população indígena em permanecer nos núcleos formados. A fome, pela constante perda das roças (Magalhães 1986), doenças trazidas pela civilização e os maus tratos impostos pelos brancos, faziam com que a população indígena não demonstrasse qualquer interesse em permanecer nos núcleos. Os trabalhos eram realizados em regime de escravidão dentro dos povoados, o que traduzia o autoritarismo português da época através da drástica política colonialista idealizada pelo Marquês de Pombal.

Contudo, os portugueses tinham a certeza da necessidade dos índios como instrumento inicial de posse da terra. O número de habitantes da metrópole era pequeno e de certa forma desestimulado a aventuras, o que impossibilitava grandes fluxos populacionais civis em direção a áreas mais afastadas. Entretanto, pelos motivos expostos, não conseguiam obter um relacionamento satisfatório com os índios, montando o sistema de posse e colonização em frágeis estruturas para um efetivo domínio da coroa portuguesa. Havia urgência em reivindicar o mais rapidamente a posse da terra em detrimento das demais nações européias presentes nestas áreas. Contudo, não se estabeleceu um prévio planejamento às necessidades de livre fixação dos indígenas nos povoados fundados. Propositamente as definições de "posse desordenada" para fins comerciais e "ocupação racional" eram sobrepostas, obtendo-se sempre o resultado da primeira conduta.

Fim da Política Pombalina no Rio Branco

Ao final do século XVIII a população local havia declinado nos núcleos formados pelos portugueses. Alguns desapareceram e os remanescentes reduziram-se a poucas moradias. Neste período os índios aldeados já não mais permaneciam nos povoados por não quererem mais se submeter à autoridade

dos portugueses. Além disto, os nativos começaram a ter um relacionamento mais estreito com outras nações européias estabelecidas próximas. Isto provocou o êxodo de uma parte da população indígena para as regiões sob domínio das antigas Guiana Holandesa e Inglesa (hoje Suriname e Guiana). Neste período houve um processo inverso ao esperado pelas autoridades luso-brasileiras, com toda a área do rio Branco sendo despovoada e colocando em questionamento todos os métodos colonialistas-comerciais adotados pelo poder central para uma real ocupação humana destas terras.

“A experiência dos aldeamentos no Branco não se repetiria : ao fim do século, somava-se às condições locais o declínio do sistema de aldeamentos seculares instituído pelo Diretório Pombalino, que a Carta Régia de 8 de maio de 1798 viria abolir. Do que fora esta experiência, adentraria apenas o século XIX o temor do contato dos índios com os vizinhos, agora ingleses, a borrar a fronteira” (Farage 1986 : 341).

Com a invasão francesa a Portugal em 1807 e as pressões pela independência do Brasil, a coroa portuguesa e as autoridades locais passavam por delicados momentos na política nacional. Isto incompatibilizou melhor organização nas tentativas de reiniciar um novo processo de ocupação nos territórios afastados dos centros de maior concentração humana.

EFETIVAÇÃO DA POSSE E LENTA PROLIFERAÇÃO DE NÚCLEOS POPULACIONAIS

Os episódios de revolta e as dificuldades de acesso a esta região favoreceram para que estas terras (efetivamente em poder brasileiro a partir de 1822), ficassem à revelia de uma pequena guarnição militar e alguns núcleos pouco habitados. Estes, surgiam (ou permaneciam) devido à criação de gado recentemente introduzida. Esta atividade era o único alicerce de sustentação da incipiente economia do rio Branco, marcando fragilmente os domínios brasileiros. Exerciam também um fraco papel protetor, que deveria ser estabelecido pela presença do fator humano na região.

O acerto da última medida tomada pelas autoridades portuguesas aparentemente parecia começar a surtir efeito nos primeiros anos do Brasil Império. Havia um lento aparecimento de pequenas fazendas de gado em algumas áreas do rio Branco. Eram fundadas por militares do forte que detinham alguma criação e por alguns poucos migrantes vindos do Nordeste ou

da própria região Norte. Eram estabelecidas nas áreas abertas (campos naturais) que determinavam, como predisseram Francisco Sampaio e Lôbo D'Almada, uma maior facilidade na criação do rebanho bovino. A atividade destas fazendas, porém, era na maioria das vezes sazonal, não apresentando formações populacionais fixas. Isto fazia toda esta região ainda uma imensa área de baixa densidade demográfica. Ao mesmo tempo em que havia um discreto incremento nas atividades criatórias particulares, as fazendas nacionais mostravam sinais de decadência. A de São José foi incorporada a de São Marcos, em 1841, e a de São Bento perdeu lugar para os poucos colonos que se utilizavam de suas terras.

Os trabalhos religiosos continuaram a marcar presença neste período, porém de forma menos acentuada. Seu auge foi entre 1840-50, quando se formou uma comunidade de base missionária, com cerca de 1.600 índios às margens do rio Uraricoera denominado Porto Alegre. O articulador desta missão foi Frei José dos Innocentes, um dos missionários franciscanos que substituíram os carmelitas nesta região (Centro... 1989). Tal tentativa de instalação de um povoamento indígena fixo sob o comando religioso acabou em 1849. Segundo o então governador da Província do Amazonas, Angelo Thomaz Amaral, em 1857, foi "... porque os índios preferem as suas malocas ao lugar destinado para a residência do missionário" (citado por Santilli 1989). Uma conclusão que atentava para as primeiras tentativas de aldear índios sob auspícios religiosos.

O deserto demográfico ainda era enorme, considerando-se a população de descendência branca e os raros núcleos sob seu controle. Isto levou o governo da Província a tomar algumas medidas administrativas na tentativa de obter um maior domínio sobre esta área. As iniciativas provinciais vinham de encontro ao desenrolar de uma disputa de terras que há algum tempo se arrastava entre Portugal (agora o Brasil) e Inglaterra. Diversas expedições inglesas de reconhecimento e exploração foram realizadas nestas áreas ao início do século XIX. A principal e mais importante delas foi em 1838-39. Através das informações contidas nos relatórios desta expedição, dirigida por Robert Schomburgk (SCHOMBURGK, 1840), iniciou-se a definição do fim desta disputa territorial. Esta questão de limites internacionais ficaria conhecida como a "Questão do Pirara", com perda de quase 20.000 km² do território nacional em favor da antiga Guiana Inglesa. A decisão histórica foi tomada em 1904 pelo Rei da Itália, Victor Emanuel III, árbitro da questão.

Em 1858, na tentativa de obter um maior controle administrativo da região em decorrência da presença de forças inglesas na área, foi estabelecida a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (Lei Nº 92 de 09.11.1858). Esta englobava as terras acima das cachoeiras do Bem-Querer (Médio Rio Branco) incluindo toda a região de campos naturais. A sede ficou definida no local chamado Fazenda Boa Vista, fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, antigo oficial do Forte São Joaquim (Magalhães 1986). A fazenda deu origem a atual cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Esta ação acompanhava o estímulo do governo provincial em propiciar que particulares se instalassem na região do rio Branco, através de facilidades na concessão de títulos de terra para criação de gado bovino (Santilli 1989). Entretanto, não conseguiu fazer com que os grandes espaços fossem preenchidos, favorecendo o desejado papel protetor que o poder público esperava pela presença do fator humano.

O baixo índice demográfico e a decadência populacional do rio Branco nesta época chegaram a motivar comentários por parte de visitantes à Amazônia. Robert Avé-Lallemant, na sua viagem a Manaus no final da década de 1850, relatou: “Dantes já houve uma civilização em Rio Branco e muito boas colônias ... só há agora mato em volta das casas em ruína ... os índios voltaram inteiramente a vida da floresta...” (Avé-Lallemant, 1980: p. 141-142). Contudo, os índios não ficariam fora do processo da colonização branca neste período da história como dava a entender Avé-Lallemant. Alguns grupos indígenas (principalmente Wapixana) não se deslocaram e permaneceram em contato próximo aos novos ocupantes da terra. Adquiriram, assim, uma parcela da “civilidade submissa” que os mesmos lhes faziam impor.

Esta fase foi marcada por uma aproximação menos violenta entre os grupos remanescentes de índios e o branco dominador. Entretanto, a relação entre estes dois segmentos sociais não se modificou por completo neste período. Os episódios de conflitos continuavam ocorrendo devido à disputa de espaço agora entre brancos, índios e o rebanho bovino instalado.

Ascendência do rebanho bovino x Estagnação populacional

O botânico alemão Gustav Wallis, em carta dirigida a Domingos Soares Ferreira Penna em sua viagem a esta região, relata que os índios continuavam sendo figuras importantes no processo de ocupação do vale do rio Branco. Trabalhavam agora junto a fazendeiros locais, que os chamam à “civilização”

para auxílio nas tarefas diárias e transporte de gado até Manaus, onde o rebanho era então comercializado. No mesmo documento, Wallis cita que “... todo o gado do rio Branco não excederá a 10.000 cabeças pertencentes em iguais partes as fazendas nacionais (São Marcos e São Bento) e a particulares” (Wallis 1900). O desenvolvimento da ocupação humana era lento, com a população ainda rarefeita. Entretanto, a expansão da pecuária começava a surtir, neste período, o efeito tão desejado pelos portugueses ao final do século XVIII.

A partir de 1877, com o início de uma grande seca no Nordeste brasileiro e com o “boom da borracha” na Amazônia (Goodland & Irwin, 1975), é que a bacia do rio Branco tomou um impulso mais significativo no aumento da população. Este impulso foi de forma empírica pois não houve uma ação governamental neste sentido. O que se sugere é que uma pequena corrente de migrantes, principalmente nordestinos, preferiu dirigir-se para este vale do que enfrentar os seringais no Acre, Pará e Amazonas, locais de grande movimento migratório. Entretanto não encontrei documentos que comprovem este fato.

Outra sugestão é a de que fazendeiros locais já estabelecidos (antigos militares ou comerciantes) tenham se encarregado de recrutar pessoas, em grande parte fugida da seca nordestina, para instalarem-se nos campos naturais. Um antigo sistema de partilha, onde a cada quatro cabeças de gado nascidas uma era escolhida pela pessoa encarregada dos tratos nos campos, pode ter estimulado a permanência de uma parte desta população (Santilli 1989).

Henri Coudreau relatou ao final do século XIX, que a população residente em Boa Vista e proximidades era muito variada, compondo-se de brancos, índios, mamelucos e dois europeus (Coudreau 1887). Segundo Coudreau, os brancos eram em geral das regiões do Amazonas, Pará e Ceará, não totalizando 1.000 indivíduos nessa época. Em 1888, (Stradelli 1889) registrou um número de 27 casas existentes em Boa Vista. Isto confirmava a existência de uma pequena população urbana, descrita por Coudreau poucos anos antes, e uma rural maior que se utilizava da cidade como base de operações comerciais. Stradelli também faz rápida menção sobre a decadência de alguns dos antigos povoados indígenas, descrevendo-os com raras casas de muita rusticidade.

Nesta fase do processo de ocupação, existiam enormes vazios a serem preenchidos nesta região do Norte brasileiro. As ações políticas para o rio Branco estavam voltadas agora à demarcação definitiva das áreas fronteiriças via diplomacia internacional com a Venezuela (já independente) e Inglaterra,

através da Guiana Inglesa (Aguiar 1944). Os constantes conflitos nacionais provavelmente fizeram com que o governo central relegasse a segundo plano uma ação de ocupação ordenada nesta região. O fluxo migratório dava-se então de forma aleatória, sendo induzida por fatores adversos a uma orientação governamental. A bacia do rio Branco continuava com um crescimento populacional lento, baseado na economia da pecuária de corte que em parte favorecia a ocupação territorial.

NOVA POLÍTICA - NOVOS RUMOS

Na Virada do Século XX

A forma de governo que se instalava a partir da Proclamação da República reorganizou o Estado brasileiro de acordo com o novo regime vigente. Transformou as antigas províncias em estados da federação constituídos de municípios. A Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de município, em 09.07.1890 (Decreto nº 49 do Governo do Estado do Amazonas), recebendo o nome de Boa Vista do Rio Branco. Com este ato, tentava-se dar certa autonomia administrativa a esta localidade, proporcionando também, através de um sentimento regionalista, proteção e maior desenvolvimento econômico.

Com o final do século XIX e início do XX, o governo central achava-se em torno de intensas lutas políticas pelo poder republicano, ao mesmo tempo em que tinha que absorver grande parte de suas atenções em conflitos populares, como Canudos e Contestado. Estas situações aliadas ao gradual fracasso do mercado da borracha no início do século, levaram a Amazônia a entrar em profundo declínio econômico. Os fluxos migratórios nesta direção diminuíram sua intensidade. A área restrita ao rio Branco também foi atingida por estes fatos, passando por uma fase de estagnação no avanço de frentes de ocupação humana e crescimento econômico, com o agravante do precário sistema de transporte existente. Entretanto, deslocamentos esporádicos de antigos trabalhadores dos seringais, bem como camponeses descapitalizados vindos da precária estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, aportavam nesta região trazidos, em geral, por comerciantes e fazendeiros locais (Governo... 1987). O entrelace das situações descritas fez com que os dois últimos grupos se transformassem em senhores absolutos desta região.

Dos escassos núcleos populacionais desta época, destaca-se a localidade onde hoje se encontra a cidade-porto de Caracará. Firmou sua existência por volta de 1900 na margem direita do rio Branco, próximo à cachoeira do Bem-Querer (IBGE 1957). Surgiu em função da economia predominante desta região, servindo durante vários anos como posto de pousada aos batelões fluviais de gado e mantimentos.

A região do Alto Rio Branco, mesmo com um pequeno índice demográfico, continuava concentrando um maior número de habitantes em relação ao seu baixo curso. Havia uma melhor facilidade de sobrevivência e estímulo na fixação devido à criação de gado, que já em 1904 contava com o número oficial de 93.835 cabeças *Collectados Gados das Fazendas do Rio Branco, Mandada Organizar em o Anno de 1904 pela Intendência de Boa Vista*, citado por Ourique, 1906. Em contrapartida, as áreas do Baixo Rio Branco (região de floresta) continuavam desabitadas com uma pequena população tentando a vida sob precárias condições. Viviam em geral da pesca, culturas de subsistência e do extrativismo vegetal, com alguns poucos produtos sendo comercializados na base da troca entre os próprios moradores e raramente em Manaus. O padrão de vida prejudicava sensivelmente a fixação de núcleos regulares nestas áreas, até hoje pouco habitadas.

O crescimento do rebanho bovino em áreas pouco povoadas criou instituições assemelhadas aos feudos da Idade Média. Estas eram comandadas por patriarcas das famílias mais influentes da região. Exerciam o poder local, criando estruturas que por vezes se sobrepunham à força pública e, por outra, formavam um só corpo de poder.

Em 1909 chegam a Boa Vista os Beneditinos, a nova ordem religiosa que teria, tal como as anteriores, a incumbência principal de catequese dos índios no rio Branco. Excluindo-se toda e qualquer comparação com as ordens anteriores, os Beneditinos tentaram, até o último ano de sua permanência nesta região (1949), realizar trabalhos junto à população indígena e exercitá-la para o novo momento que viviam.

Os efeitos deste exercício, mesmo que tenham sido pouco sentidos, defrontaram-se com a arcaica estrutura de poder local vigente, liderada pelos grandes fazendeiros de gado e comerciantes. Detentores absolutos do poder regional, não aceitavam qualquer questionamento sobre a posse irregular de terras tanto da União como dos indígenas. Também não queriam perder a dominação que exerciam sobre os índios através dos métodos vigentes de

submissão. Independente dos meios utilizados pelos Beneditinos, que podem e devem ser levantados e discutidos e, do efeito cultural sobre os nativos, observa-se que a Igreja nesta fase trocou de tática. Encarou também para si a luta secular dos povos indígenas na região: a real posse de suas terras.

Outro destaque importante do início do século XX, foi a do aparecimento da atividade mineral como responsável por um pequeno fluxo migratório na década de 1910. A descoberta dos garimpos de ouro e diamante nas regiões dos rios Cotingo, Maú e Suapi, provocou movimento de grupos humanos em direção a estas áreas. Contudo, não foi fator responsável por significativo crescimento populacional ou econômico nesta época.

Em 1917, Luciano Pereira afere ao município de Boa Vista uma população de 8 a 10 mil índios e de 3 a 4 mil o restante, sendo que na sede municipal estimava-se 500 habitantes (Pereira, 1917). Seus documentos de viagem atestam que toda esta região contemplava-se ainda em um enorme vazio, deparando-se com a grande deficiência de dados reais sobre a população humana local. Contudo, o rebanho bovino possuía uma estimativa para este ano da ordem de 250.000 cabeças, estabelecidas nos campos naturais de todo o município. O explorador Hamilton Rice, na sua expedição a esta região entre 1924-25, refere-se a Boa Vista como o "... único aglomerado junto ao rio que tem a honra de ser chamado vila...", possuindo nesta época uma população estimada em 1.200 pessoas entre portugueses, brasileiros, mestiços, índios e negros (Rice 1978).

Com a elevação da Vila de Boa Vista do Rio Branco à categoria de cidade em 1926, criou-se a oportunidade de nova tentativa de ligação terrestre entre Boa Vista e Manaus no ano de 1927 a primeira foi em 1893, como descrito em Diniz, 1895. Esta iniciativa do Governo do Amazonas e, tendo como base filosófica uma sociedade dominadora, tentava retirar esta região do ostracismo populacional e desenvolvimentista ao qual se encontrava. A missão foi empreendida a um guianense de nome Collins, sob os auspícios do Engenheiro José Edilson de Melo (Souza s.d.). Como da vez anterior, a passagem ficou abandonada e desapareceu na selva.

A garimpagem volta a ter papel de importância ao final da década de 1930 com a descoberta de diamante na Serra do Tepequém. Centenas de pessoas vindas das mais diferentes regiões do Brasil migraram para esta região a procura do rápido enriquecimento. A quantidade de garimpeiros vindos em direção ao rio Branco foi tamanha que, mesmo com os rústicos meios de

extração da época, foi registrada em quase toda a década de 1940 uma produção oficial acima dos 10.000 quilates/ano (Barbosa 1992).

A população indígena estava gradativamente perdendo espaço nos campos desde o final do século XVIII. Grupos das tribos Wapixana, Taurepang e Makuxi, passaram a viver na área original da antiga fazenda nacional de São Marcos (a única remanescente). Desde 1916 esta fazenda estava sob a administração do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), hoje FUNAI, por conta do Ministério da Agricultura. “Isto é, desde o início, não se tratava de área destinada aos índios ... mas de uma fazenda do Estado, onde, por acaso, viviam índios e, ainda por acaso, era o SPI que a administrava. Este usou a fazenda mais como base operativa do que como lugar de trabalho em favor dos índios e, por isto, tentou transformar o precário estado econômico da fazenda em algo produtivo, também às custas dos índios” (Centro...1989). Mesmo com o apoio dos missionários beneditinos, esta era a situação dos povos indígenas no rio Branco ao início do século. População aglomerada em pequenas porções de terra e completamente abafada pelas atitudes e modo diferenciado de vida do dominador branco.

Nova Tática do Governo Federal

No início da década de 1940 o Serviço Nacional de Recenseamento elaborou um trabalho onde estimava a população do município de Boa Vista (excluindo-se os índios), em 10.509 habitantes para o ano de 1940 (Mortara, 1944). Com uma área de 170.581 km², o município detinha uma densidade de 0,06 hab./km², oitenta vezes menor que a média nacional para o mesmo período, 4,84 hab./km².

Segundo o mesmo documento, os habitantes da capital Boa Vista não ultrapassavam 1.500 pessoas e a cota da população rural do município atingia 86,7% do total. As atividades eram registradas quase que na totalidade no interior, devido aos rebanhos bovinos e garimpo, ficando Boa Vista apenas como centro administrativo e posto de troca/venda de mercadorias.

A situação de abandono do poder central na região do rio Branco permaneceu até o final e início das décadas de 1930/40. A partir desta época, o governo do Presidente Getúlio Vargas tomou várias medidas, pois sentiu a necessidade de articular melhores planos para as áreas fronteiriças da Amazônia. Dentre elas, a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 com

uma área de 230.104 km² (hoje redimensionada para 225.017 km²), compreendendo o município de Boa Vista e parte do município de Moura, transformado em Catrimani. Ambos outrora unidades municipais do Estado do Amazonas (Brasil 1943). Boa Vista ficou estabelecida como a capital desta unidade federada. A estimativa dada pelo censo de 1940 demonstrava que a população do Território recém-criado era de 12.130 habitantes. Isto acarretava uma densidade de 0,05 hab./km², a menor do país.

Esta medida estava relacionada com o interesse do poder central em preservar e garantir o domínio nacional sob esta região. Além de outras medidas, esta também respaldava o Estado em nome do “interesse e da segurança nacional” diante dos graves problemas políticos e econômicos que o país atravessava.

O ato federal que criava o novo Território, atendia ao “... imperativo nacional da ocupação humana efetiva dos espaços despovoados no vastíssimo território brasileiro, promovendo, com o auxílio direto do Governo da União, o seu povoamento, exploração e aproveitamento das suas riquezas naturais” (Soares 1944). Esta medida governamental não surtiu de imediato o efeito a que se refere Soares, pois uma razão secular ainda persistia: a falta de um fácil acesso a estas áreas. Aliado a este entrave, é importante ressaltar que a população mais recente exigia novas motivações como estímulo de fixação ao meio: serviços públicos regulares (luz, água, limpeza urbana, etc.) e facilidades na obtenção dos diversos gêneros de consumo diário não ocorriam na plenitude. A pouca variedade de produtos que chegavam a esta localidade, era obtida a preços elevados em comparação ao restante do país.

PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO

O recém-instalado Governo Territorial, incumbido de reformular a estrutura de poder e empreender esforços para o desenvolvimento econômico regional, necessitou retirar os entraves a um maior crescimento local. Iniciou então trabalhos de infra-estrutura de que a nova unidade necessitava. Obras no setor de saúde, abastecimento de água e construção de estradas, como a BR - 17 (Boa Vista/Caracarái), embrião da atual BR - 174 (Vila Pacaraima/Manaus) foram levadas a se concretizar. Houve incentivo também na implantação de colônias agrícolas próximas à capital. Este ato teve o nítido intuito de suprir em alimentos e baratear o custo de vida em Boa Vista (Silveira & Gatti 1988), que abrigava o centro administrativo do Território e seria o ponto de referência para os novos colonos que chegariam.

Nesta fase foi instituída, então, a primeira tentativa de realização de assentamento humano como um ato organizado do poder público, e não de forma empírica como em ocasiões anteriores. Criou-se a Colônia Fernando Costa a 54 km ao sul de Boa Vista, às margens do rio Mucajaí, em uma área de transição entre os campos do rio Branco e a floresta. Esta localidade originou a cidade de Mucajaí, sede atual do município de mesmo nome.

A completa falta de organização nas atividades da colônia desestimulou a permanência das famílias assentadas, provocando seu esvaziamento. Nova tentativa de levantar a colônia foi conduzida entre 1947-49, porém ainda sem o esperado êxito da vez anterior, com os colonos retornando aos seus estados de origem ou se deslocando para Boa Vista. Finalmente, em 1951-53, efetivou-se uma real estruturação da colônia, propiciando o engajamento de 150 famílias com 640 pessoas (Guerra 1957).

Outras colônias se seguiram a esta ainda na década de 1950, como a Brás de Aguiar (atualmente Cantá) e a Coronel Mota (agora Taiano). Esta última uma tentativa de assentamento de migrantes japoneses no início da década de 1950, promovida pelos governos brasileiro e japonês, nos mesmos moldes de Tomé-Açú no Pará. Houve ainda o embrião de um assentamento na região do Baixo Rio Branco, a Colônia Agrícola Santa Maria do Boiaçu (1955). Esta iniciativa faliu rapidamente devido à completa falta de infra-estrutura no local e a enorme dificuldade de se praticar agricultura nesta região. Todas estas tentativas governamentais não refletiram bons resultados em um primeiro momento. A precariedade das localidades abertas e os seguidos surtos de malária foram os responsáveis pelos primeiros fracassos. As colônias vieram apresentar produção significativa somente após alguns anos instaladas.

Nos primeiros anos desta nova fase, o governo do Território tentou de todas as formas estimular a colonização. As prioridades seriam para a "... implantação da pecuária racional ... e a um programa de reforma agrária ..." (Costa 1949). Estas deveriam estar atreladas a um sistema funcional de transportes, pesquisa agrícola e aproveitamento das potencialidades hidrelétricas da região, facilitando as tentativas neste sentido. Como no passado, desde as primeiras incursões portuguesas, a colonização constituía-se como objetivo principal desta região. Agora menos preocupada com os índios, que se transformavam rapidamente no que hoje é definido como o "cabloco" regional, sem etnia definida. A ocupação dos espaços deveria estar dentro do clima nacionalista instituído pelo Governo Vargas.

Os primeiros dados oficiais, confirmando a política de ocupação do Território, são relatados através dos recenseamentos de 1950 (18.116 hab.) e 1960 (28.304 hab.). A população apresentou taxas médias de crescimento anual de 5,49% e 4,65%, para os decênios de 1940/50 e 1950/60, respectivamente. Estes números superaram em 139,7% e 39,2% os índices obtidos para toda região Norte nos mesmos períodos (IBGE s.d.).

A pressão fundiária no Nordeste e a facilidade de obtenção de terras incentivada pelo governo local já eram responsáveis por um significativo número de migrantes deslocando-se nesta direção. O incremento no tráfego fluvial e os primeiros deslocamentos aéreos nesta região também permitiram que o vale do rio Branco começasse a sair gradualmente de seu isolamento diante do restante do Brasil.

CONCLUSÕES

Nesta primeira etapa da ocupação de Roraima, puderam ser identificados algumas fases e pontos básicos ao entendimento das relações de poder dentro deste processo. A primeira fase é representada pelo início da ocupação, procedendo da mesma forma como em outras regiões da Amazônia: instalação das “aldeias de repartição” e, em seguida, política dos “diretórios de índios”. Missionários religiosos da Ordem dos Carmelitas, militares a serviço da coroa portuguesa e os nativos da região tiveram participação direta nesta fase por propiciarem um papel de polícia ao poder colonial, mesmo que em pequena escala.

Em uma segunda fase foi constatado o completo fracasso da política pombalina de ocupação territorial. Os principais núcleos populacionais entraram em decadência e houve um esvaziamento do fator humano índio em direção a zonas ocupadas por outras nações européias. Este período coincidiu com a última ação organizada do poder central colonial em tentar segurar e/ou estimular a ocupação humana. Esta ação previa a introdução de gado bovino como fator de estímulo a permanência de índios e brancos na região. Entretanto, este efeito só foi sentido ao longo do tempo, sendo observado com maior intensidade ao final do século XIX.

Entre os séculos XIX e XX o Vale do Rio Branco já possuía uma economia completamente voltada para a pecuária de corte. Este fato marcaria o início de uma terceira fase que viria acoplada ao declínio econômico em toda a Amazônia

devido à queda nos preços e nas exportações de borracha. Entretanto, não seria fator de grandes migrações na direção do rio Branco, permanecendo, esta região, ainda em um completo vazio demográfico. O papel dos religiosos seria marcado por um novo comportamento diante da população indígena local. A ação destes abalou a relação de subserviência dos índios diante do poder feudal instalado nesta localidade por grupos de fazendeiros e comerciantes.

A quarta e última fase seria marcada pelo início de frentes migratórias devido à atividade mineral e pela nova ação do poder central na tentativa de retirar esta região do vazio populacional. Impulsionado pelo nacionalismo, Getúlio Vargas determinou a criação do Território Federal do Rio Branco (hoje Roraima), por ocupar local estratégico na fronteira norte. Esta ação viria acompanhada de medidas que proporcionariam uma maior infra-estrutura local para incentivar a vinda de colonos à nova unidade federada. Entre elas a abertura de estradas e frentes de colonização para proporcionar alimentos de menor preço ao mercado local. As décadas de 1940/50 e 1950/60 foram marcadas por altas taxas de crescimento populacional. Entretanto, a região ainda apresentava a menor densidade populacional do país.

Com o início da década de 1960 encerrou-se a primeira etapa do processo de ocupação humana no atual Estado de Roraima. Uma segunda etapa iniciou-se a partir deste período. O governo central articulava diversas medidas que influenciavam diferentemente cada unidade federada. Todas na tentativa de retirar a Região Amazônica do declínio econômico e suplantando conflitos de terras em outras regiões do país, principalmente no Nordeste, onde ainda hoje existe um grave problema agrário. A diferenciação no tratamento da questão agrária no país indicava novas táticas administrativas e políticas do governo federal para o direcionamento de migrantes em áreas amazônicas. Roraima acabaria por ser um dos últimos espaços vazios a serem ocupados na Amazônia devido ao isolamento até recentemente proporcionado pelo difícil acesso a esta região. Entretanto, a pressão fundiária em outras regiões, a maior facilidade de acesso, o “boom” mineral e a política local proporcionaram uma invasão humana nos últimos anos a esta região. Atualmente a segurança das fronteiras parece não ser mais a causa principal da ocupação em Roraima, mas sim o crescente interesse econômico sobre os recursos minerais na região.

AGRADECIMENTOS

À Biblioteca Nacional e às bibliotecas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo fornecimento de material bibliográfico. Willian Hamilton enviou documentação do Museu de Londres. Gordon MacMillan fez valiosas sugestões ao manuscrito final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA, C. 1639. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. In: C. de Melo-Leitão (Tradução) *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña - DESCOBRIMENTOS do Rio das Amazonas*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1941. 295p.
- ADONIAS, I. 1963. *A Cartografia da Região Amazônica*. v. 1 Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 530-531.
- AGUIAR, B.D. 1964. Geografia Amazônica: as Fronteiras do Norte. *Rev. Bras. Geogr.*, 6 (3): 327-348.
- AVÉ-LALLEMANT, R. 1980. *No Rio Amazonas*. São Paulo. Itatiaia/EDUSP. Tradução.
- BARBOSA, R.I. 1992. Um Teptui no Ritmo da Destruição em Roraima. *Ciênc. Hoje* 14 (81) : 94-96.
- BRASIL. 1943. Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA - CIRD. 1989. Índios de Roraima: Makuxi - Taurepang - Ingarikó - Wapixana. Coleção Histórico-antropológica, nº 1, 106p.
- COSTA, C. N. 1949. *O Vale do Rio Branco - Suas Realidades e Perspectivas*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 230p.
- COUDREAU, H. 1887. *La France Équinoxiale. II: Voyage através les Guyanes et l'Amazonie*. Paris.
- D'ALMADA, M.G.L. 1787. Descrição Relativa ao Rio Branco e seu Território - Anno de 1787. *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, 24(4) : 617-683.
- DINIZ, S. 1895. A Zona do Amazonas: Estudo sobre o Rio Branco. *Rev. Soc. Geog. Rio de Janeiro*. 1/4 (10) : 30-33.
- FARAGE, N. 1986. *As Muralhas dos Sertões: Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização*. UNICAMP, Campinas. Tese de Mestrado.
- FREIRE, J.R.B.; PINHEIRO, G.P.S.; TADROS, V.M.T.N.; SANTOS, F.J.; AMPAIO, P.M.M. & COSTA, H.L. 1987. *A Amazônia no Período Colonial (1616-1798)*. Manaus, Fundação Universidade do Amazonas. 69p.
- GOODLAND, R. & IRWIN, H. 1975. *A Selva Amazônica: Do Inferno Verde ao Deserto Vermelho*. São Paulo, Itatiaia/EDUSP. 156p.
- GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. 1987. Município de Boa Vista. Secretaria de Educação e Cultura/Divisão de Ensino Superior (SEC/DES), 124p. (Série monográfica, 1)
- GUERRA, A.T. 1957. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro IBGE/CNG, 253p.
- HEMMING, J. 1990. *Roraima: Brazil's Northernmost Frontier*. University of London, Institute of Latin American Studies. 56 p. (Research Papers nº 20).

- IBGE. 1957. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, V. 15, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 45-49.
- IBGE (s/d). *Anuário Estatístico do Brasil*. 1974-89. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- MAGALHÃES, D. 1986. *Roraima - Informações Históricas*. Rio de Janeiro, 160p.
- MORTARA, G. 1944. A população de fato do Território do Rio Branco nas suas novas Fronteiras. *Bol. Geogr.*, 2(17):671-672.
- OURIQUE, J. 1906. *O Valle do Rio Branco*. Manaus. Edição Oficial. 131p.
- PEREIRA, L. 1917. *O Rio Branco - Observações de Viagem*. Imprensa Pública, Manaus. 68p.
- RICE, H. 1978. *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo. Editora Itatiaia/EDUSP, (Tradução). 63 p. fotos.
- SAMPAIO, F.X.R. 1777. Relação Geográfica e Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, ser. 2. 13 (18) : 200-273.
- SANTILLI, P. 1989. *Os Macuxi - História e Política o Século XX*. Tese de Mestrado.
- SERRA, R.F.A & PONTES, A.P.S. 1781. Documento Oficial Enviado ao Ex. Sr. João Pereira Caldas - 1781. *Rev. Bras. de Geogr.*, 6(3): 84-90.
- SCHOMBURGK, R.H. 1840. Journey from Fort San Joaquim, on the Rio Branco, and thence by the Rivers Parima and Merewari to Esmeralda, on the Orinoco, in 1838-9. *Journal of Royal Geographical Society*, London, Vol. X, pp. 191-247
- SILVEIRA, I.M. & GATTI, M. 1988. Notas sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Série Antropol.* 4(1): 43-64.
- SOARES, L.C. 1944. Território do Rio Branco. *Bol. Geogr.*, 2 (17): 668-670.
- SOUZA, A.F. 1969. *Noções da Geografia e História de Roraima*. Boa Vista. 112p.
- SOUZA, A.F. s.d. *Roraima - Fatos e Lendas*. Boa Vista. 97p.
- STRADELLI, E. 1889. Rio Branco. *Bollet. Soc. Geogra. Ital.*, Marzo-Aprile 1889.
- SWEET, D.G. 1974. *A Rich Realm of nature destroyed : The Middle Amazon Valley 1640-1750*.
- WALLIS, G. 1900. Carta Dirigida a D.S. Ferreira Penna sobre o Rio Branco em 23.05.1863. *Bol. Mus. Para. Hist. Nat. Ethnogr.*, 3 (1/4) : 88-94.

Recebido em 18.11.92
Aprovado em 06.01.93